



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO V - Número 48
Brasília, 10/10/2011

Aborto no Tribunal

9.896 mulheres acusadas de praticarem aborto em Campo Grande (MS), estão prestes a serem interrogadas e levadas a julgamento, num só processo. A decisão pelo indiciamento foi feita pelo juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Mato Grosso do Sul, Aloísio Pereira dos Santos, atendendo pedido do promotor estadual de Justiça Paulo César dos Passos. Conforme a denúncia do Ministério Público Estadual e as investigações da Polícia Civil, a proprietária da clínica de planejamento familiar, no centro de Campo Grande, funciona há vinte anos 20 anos. A delegada Regina Márcia Rodrigues Mota, que conduz o caso, afirmou que está estudando "a organização de uma força-tarefa para concluir os inquéritos e remetê-los à Justiça". O promotor de Justiça Paulo César dos Passos fundamentou: "A pressa é para evitar a prescrição do delito, que ocorre em oito anos".



Fúria judicial I

Diante desse desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no país, a ministra Nilcéa Freire publicou um artigo no jornal O Globo na última quinta-feira, intitulado "Fúria judicial contra as mulheres". Nele, Nilcéa indaga "Qual é a real motivação de tamanha truculência? Será que realmente é o caso de se instituir uma força-tarefa como se estivéssemos tratando de uma horda de delinquentes de elevada periculosidade para a vida em sociedade? Está sendo justa a Justiça? E a responsabilidade dos 9.896 homens supostamente associados àquelas gestações? Também será em algum momento lembrada e cobrada judicialmente?".



Fúria Judicial II

Em outro trecho do artigo Nilcéa relembra que "O Brasil é signatário de diversos instrumentos jurídicos e acordos internacionais, entre eles a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as mulheres e a Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, que visam a assegurar o direito à Saúde sexual e reprodutiva das mulheres. O aborto provocado é reconhecido, mundialmente, como um importante problema de Saúde pública, especialmente nos países cujas legislações restringem a sua prática, como é o caso brasileiro". [Leia na íntegra o artigo.](#)



AGENDA

3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

Nesta quarta-feira (30/04), será realizada, durante a cerimônia dos 57 anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a entrega do 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O evento começa a partir das 9h, no auditório do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), em Brasília, e conta com a participação da ministra da SPM, Nilcéa Freire, do ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, do presidente do CNPq, Marco Antonio Zago, entre outras autoridades. O Prêmio é uma iniciativa da SPM, em parceria com o Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPq e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.



I Conferência Nacional GLBT I

Com a marca mundial de ser o primeiro país a realizar uma

Questão de gênero

A magnitude da ação de levar 9.896 mulheres, acusadas de praticar aborto, a julgamento despertou o interesse de grupos feministas e defensores de Direitos Humanos. Segundo o professor de Direito da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo de Sousa Júnior, "O que chama atenção nesse episódio é o non sense. Quando a polícia, o Ministério Público ou quem quer que seja toma uma iniciativa de perseguição criminal que alcança uma escala dessas, isso não pode ser mais uma relação de ilicitude penal. É uma ação política". De acordo com ele, quando uma ação atinge essa escala, não é mais a pessoa que está sendo objeto da ação penal. "É o gênero", considera.



Aborto no Brasil I

Brasileira que aborta é católica, casada, trabalha e tem filho. Tem entre 20 e 29 anos e alguma escolaridade - completou ao menos os oito anos do ensino fundamental. A adolescente que opta pela mesma prática engravida dentro de uma relação estável e tem entre 17 e 19 anos. Além disso, tende a engravidar novamente após dois anos. Esse perfil foi traçado - pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Estadual do Rio (UERJ), com o apoio do Ministério da Saúde e financiamento da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) - com base em um levantamento em 2.135 pesquisas de campo feitas em universidades e publicadas em periódicos científicos nos últimos 20 anos. Mesmo assim, ele é incompleto, pois está baseado nos registros existentes - de mulheres que chegaram aos serviços públicos após usarem métodos abortivos. Desse modo, não inclui abortos feitos pelas mulheres de classes média e alta em clínicas e hospitais privados.



Aborto no Brasil II

"Os dados mostram que depois de ser mãe, de saber o que é a maternidade, é que a mulher decide com o parceiro pelo aborto. É uma decisão responsável e baseada na experiência", afirma uma das autoras do estudo, a antropóloga Débora Diniz, da UnB. Débora explica que o objetivo da pesquisa foi justamente reunir todos os dados existentes sobre o aborto no Brasil, colhidos por pesquisadores das mais variadas vertentes, contrários e favoráveis à discriminação, para permitir que o tema seja debatido com base em fatos e não em suposições.



1,5 milhão por ano

O número total de abortos feitos no País é outra questão analisada pelo trabalho. Estimativas conservadoras, baseadas nos registros do Sistema Único de Saúde (SUS), apontam para pelo menos 1,5 milhão de abortos todos os anos. Ela é feita levando em conta estudos médicos que mostram que a cada 100 mulheres que abortam de maneira insegura, 20 têm problemas e procuram o serviço público com dores, hemorragias ou

conferência dedicada ao universo da diversidade sexual, o Brasil dá mais um passo para a incorporação dessa temática nas políticas públicas. Na terça-feira (29/04), o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), fará o lançamento oficial da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), que ocorrerá de 6 a 8 de junho, em Brasília. A cerimônia do lançamento oficial será, às 15h, no salão negro do Ministério da Justiça e terá a presença de ministros, incluindo a ministra Nilcéa, entre parlamentares e sociedade civil.



I Conferência Nacional GLBT II

Por meio do tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais", a conferência pretende propor políticas públicas e a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT. Também pretende avaliar e propor estratégias para fortalecer o programa Brasil sem Homofobia - que combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da

infecções. Os estudos também mostraram que na Região Norte há um índice de 40 abortos para cada 100 mulheres em idade fértil. No Sudeste e no Sul esse número fica em torno de 20 abortos para cada 100 mulheres. "É alto, mas muito mais próximo da realidade. Uma mulher pode omitir que fez um aborto, mas nunca diria que fez um quando não fez", explica a outra autora da pesquisa, a médica especializada em Saúde Pública Marilena Corrêa, da UERJ.



Trabalhadora doméstica I

Neste domingo, 27 de abril, dia em que o Brasil celebrou o Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentou um balanço sobre os avanços e desafios para se promover o trabalho decente nesta categoria. O estudo foi elaborado a partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um dos destaques é a formalização do trabalho doméstico, que apresentou crescimento 10,2% no período de 2004 a 2006. Para as trabalhadoras domésticas negras, este percentual foi ainda mais elevando, chegando a 17,2%. Analisando-se o período de 1995 a 2006, destaca-se também a diminuição da diferença de rendimentos. Em 1995, as mulheres negras recebiam o equivalente a 55,4% dos rendimentos dos homens brancos. Em 2006, essa diferença caiu: as mulheres negras passam a receber 66,4%.



Trabalhadora doméstica II

Dados do relatório mostram que apesar do aumento da formalização do trabalho nos últimos anos, em 2006, apenas 27,8% do total de trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada. No Brasil, o trabalho doméstico conta com 6,6 milhões de pessoas. Desse total, 93,2% são mulheres e 6,8% são homens. O serviço representa 16,7% do total da ocupação feminina no Brasil, o que corresponde em termos numéricos a 6,2 milhões de mulheres. [Veja a íntegra do relatório da OIT.](#)



Trabalhadora doméstica III

Na quarta-feira, a diretora de Programas da SPM, Elisabete Pereira, defendeu a alteração da Constituição como primeira medida para que as trabalhadoras domésticas passem a ter os mesmos direitos dos demais trabalhadores. A proposta foi apresentada durante audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal. Elisabete afirmou que o artigo 7º da Constituição veda aos trabalhadores domésticos muitos direitos garantidos aos outros trabalhadores brasileiros. Para ela, apesar de a Carta Magna de 1988 ser considerada uma Constituição cidadã por incluir princípios como igualdade, dignidade da pessoa humana e cidadania, o texto desse dispositivo constitucional "evoca grande violação dos direitos humanos" ao dar tratamento diferenciado às várias categorias de trabalhadores.

cidadania
homossexual.



I Conferência Nacional GLBT III

A realização dessa I Conferência Nacional faz parte da comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirma o compromisso do governo federal em tratar a questão dos direitos humanos como uma política de Estado. A Conferência será coordenada pela SEDH com a participação da SPM, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho, Justiça, Cultura, Esportes, Cidades, Previdência Social, Desenvolvimento Social, Relações Exteriores, Turismo e Comunicações, além da Frente Parlamentar Mista e a sociedade civil organizada.

A etapa nacional acontecerá no período de 6 a 8 de junho, em Brasília, reunindo delegados, observadores e convidados. A delegação terá 44 representantes do governo federal, 357 da sociedade civil (eleitos nas conferências estaduais) e 171 dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário municipal e estadual.



Gênero e Diversidade na

Plataforma para partidos políticos I

A elaboração de uma plataforma política das mulheres nas questões de gênero e raça para orientação de candidatos a prefeitos e vereadores nas eleições deste ano foi a principal resolução do Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, cuja reunião ocorreu no último dia 22, em Brasília. A proposta é agregar as demandas das mulheres em temas de interesse comum como educação inclusiva na perspectiva anti-racista e anti-sexista, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, entre outras áreas de grande impacto na vida da população feminina.

Plataforma para partidos políticos II

O incentivo à entrada de novas mulheres na política e às candidaturas femininas também são metas a curto prazo. Para isso, a SPM propôs a realização de campanha publicitária em rádio e TV para incentivar mulheres a se candidatar nas eleições municipais de outubro e capacitação e treinamento de candidatas ao pleito deste ano. A campanha será suprapartidária e estimulará mulheres a ingressarem nas agremiações políticas e se candidatarem a cargos executivos e de representação.

Plataforma para partidos políticos III

O encontro foi aberto pela ministra da SPM, Nilcéa Freire, e deu sequência à articulação iniciada, no ano passado, às vésperas da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Na ocasião, Nilcéa falou sobre o eixo V (Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão) do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Compareceram à reunião dirigentes femininas do PMDB, PTB, PDT, PT, PC do B, PSB, PSDB, PPS, PP e PTN, além do Comitê Suprapartidário de Mulheres.

Plataforma para partidos políticos IV

Em razão da proximidade das eleições municipais, o Fórum se reunirá novamente no dia 21 de maio, em Brasília, para aprovar a plataforma das mulheres para os partidos políticos nas questões de gênero e raça.

Mais um passo para a igualdade

A maior rede de magazine da Espanha, El Corte Inglés, assumiu um compromisso histórico perante seus funcionários: a igualdade de tratamento e de oportunidades profissionais para todos os seus trabalhadores, independentemente do sexo. São mais de 67 mil empregados, dos quais 62% são mulheres e dessas apenas 22% ocupam cargos de chefia. Dentre as principais medidas a serem adotadas na empresa destacam-se a conciliação entre vida profissional e familiar, a

Escola

Até 15 de maio, o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) está com edital aberto no site do MEC www.mec.gov.br. As universidades que desejarem oferecer o curso deverão apresentar proposta conforme as orientações do edital nº 1 SECAD/MEC.

[Veja a íntegra do edital.](#)

Gênero e Diversidade I

O Gênero e Diversidade na Escola é um projeto inédito do Governo Federal destinado à capacitação de professores de 5a a 8a série das escolas públicas brasileiras. Tem caráter inovador, pois se propõe a orientar os professores em como lidar com a diversidade nas salas de aula, combater atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero, raça e às diversas orientações sexuais. Outro aspecto inovador é que é ministrado na modalidade semipresencial, com fases presencial e on line.

Gênero e Diversidade II

Criado, em 2006, pela SPM em parceria com o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção Racial (Seppir), o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos

realização de ações positivas que possibilitem maior equilíbrio entre os sexos nos diversos departamentos, entre outras.



Violência doméstica

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai propor, em todos os Estados, a formação de juízes especializados no atendimento a casos de violência doméstica contra a mulher.



Conferência Nacional de Educação Básica I

De 14 a 18 de abril, em Brasília, cerca de 1.400 delegados - professores, funcionários de escolas públicas e privadas, pais, alunos, gestores e conselheiros estaduais e municipais de educação, representantes de movimentos sociais - discutiram, a educação básica brasileira durante a 1ª Conferência Nacional de Educação Básica. Em pauta: sistema nacional de educação; democratização da gestão; construção do regime de colaboração; inclusão e diversidade; e formação e valorização profissional. Participaram da mesa de abertura a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), os ministros Fernando Haddad, do Ministério da Educação (MEC), Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), além do coordenador-geral da Conferência, Francisco Fernandes, e de representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos e dos profissionais da educação do país.



Conferência Nacional de Educação Básica II

Durante o encontro, a representante da SPM Dirce Margarete Grosz apresentou palestra no colóquio Educação e Diversidade Sexual, sobre o eixo IV "Inclusão e Diversidade na Educação Básica", do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Na ocasião, ela ressaltou a importância de incorporar definitivamente as dimensões das relações de gênero nas práticas escolares. E também de discutir orientações da política pública de educação para incluir efetivamente a temática de gênero e orientação sexual nos documentos e legislações pertinentes à Educação Básica e à efetiva formação inicial e continuada dos profissionais da educação.



Projetos sobre direitos das mulheres I

O Ministério de Negócios Estrangeiros dos Países Baixos receberá, até 14 de maio, projetos de organizações que atuam para a promoção dos direitos das mulheres, especialmente jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade, mulheres marginalizadas, e adolescentes. Os recursos a serem empregados nos projetos estão na faixa de 900 mil a 6 milhões de euros, devendo ser aplicados no período 2008-2011. O financiamento é

Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CLAM/UFRJ) e o Conselho Britânico, em 2008, o programa tem como meta capacitar mais de 30 mil profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual.



Gênero e Diversidade III

No ano passado, foi realizada uma oficina de avaliação do projeto piloto desenvolvido em 2006, com o objetivo de identificar ajustes a serem realizados no conteúdo e na metodologia proposta para que o projeto possa, então, ser implantado em diferentes estados, alcançando um maior número de profissionais da educação. A partir das contribuições coletadas na oficina, a SPM estabeleceu parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, visando incluir o projeto na grade dos cursos voltados para gestores/as; e iniciou diálogo com a Secretaria de Ensino Superior/MEC para a inclusão do curso na grade da Universidade Aberta. O projeto piloto realizado, em 2006, em seis municípios - Dourados, Maringá, Niterói, Nova Iguaçu, Porto Velho e Salvador - capacitou 1.200 profissionais.



exclusivo para organizações da sociedade civil. As propostas podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério de Negócios Estrangeiros dos Países Baixos. Mais informações e formulários para candidatura estão disponíveis no site www.mdg3.nl



Prostituição feminina I

Do preconceito das ruas para as mesas de negociação e formulação política, as mulheres que exercem a prostituição apontaram no Workshop Prostituição Feminina, encerrado nesta quinta-feira (24/04), em Brasília, diretrizes para seminário nacional previsto para acontecer no segundo semestre. O evento deverá aprofundar as demandas de prostitutas e as políticas públicas necessárias para assegurar direitos e cidadania para as mulheres que exercem a prostituição. A discussão nacional será precedida de encontros locais e regionais, articulado pelas mulheres que exercem a prostituição.



Prostituição feminina II

Nesse encontro, foram elencadas como prioridades: as áreas de segurança, justiça, direitos trabalhistas, saúde, direitos humanos, igualdade racial e turismo para a formulação de políticas públicas, tendo em vista a grande violência policial, preconceito e discriminação pelo exercício da atividade, vulnerabilidade de saúde e qualidade de vida, exploração sexual e tráfico de mulheres. Para as participantes, as políticas públicas devem considerar a transversalidade de gênero, raça/etnia e pobreza.



Prostituição feminina III

Mulher negra, líder comunitária, ex-presidiária e já bisavó, Doroth de Castro Pereira soma 30 anos de atividade na prostituição. Ela é relações públicas da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo e conta que o movimento está em fase de estruturação. Doroth classifica como positiva a iniciativa da SPM de congregar órgãos do governo federal para alavancar uma ação intersetorial.



Partidos políticos são "machos"

"Partidos políticos são 'machos', tanto os de direita quanto os de esquerda" foi o que declarou a nova prefeita de Montreuil (França), Dominique Voynet, em entrevista à agência de notícia Reuters, no último dia 17 de abril. Segundo pesquisa realizada pelo Observatório da Paridade, depois das últimas eleições municipais na França, são seis as mulheres prefeitas de cidades com mais de 100 mil habitantes. Do total, 91,5% das prefeituras com menos de 3500 habitantes são administradas por homens e, nos estados, 13% dos conselheiros gerais são mulheres.

ACONTECEU

Videoconferência

Cerca de 250 mulheres participaram da videoconferência preparatória para o Seminário Nacional Controle Social da Imagem da Mulher na Mídia, no dia 23 de abril, por meio do sistema Interlegis, do Senado Federal. A idéia foi apresentar e debater a organização, critérios de participação e agenda do Seminário Nacional, a ser realizado em junho, além de mobilizar potenciais participantes. O eixo VIII (Cultura, Comunicação e Mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias), do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres será a referência para os debates. Assuntos como; a imagem da mulher na mídia, cenário da mídia no Brasil e no mundo, o que é controle social, propostas de intervenção estarão em discussão. A videoconferência foi promovida pela SPM e Articulação Mulher & Mídia.



Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe I

Durante a 41ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, órgão subsidiário da Comissão Econômica para

Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br

América Latina e Caribe (CEPAL), a ministra Nilcéa Freire apresentou o informe das atividades do Brasil sobre o cumprimento do Consenso de Quito, aprovado em 2007 durante a 10ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, e foi comentarista do painel de alto nível sobre experiências de observatórios sobre questões de gênero na região. O encontro ocorreu em Bogotá (Colômbia), nos dias 24 e 25 de abril, que teve como finalidade analisar o cumprimento dos acordos internacionais e regionais sobre a igualdade de gênero.

Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe II

Na ocasião, foi discutida a criação de um observatório para avaliar a paridade de gênero. Segundo Nilcéa, "o observatório vai informar como estão os países na implementação de políticas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres na região". A situação das mulheres na região é muito semelhante. Os países-membros também deram um informe de suas atividades sobre o cumprimento do Consenso de Quito, apresentado um painel de alto nível sobre experiências de

observatórios de gênero na América Latina e Caribe. E a campanha do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, para eliminar a violência contra a mulher foi apresentada.

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.